


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 24 de setembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1001953-41.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
Requerente: Djalma Joaquim de Barros  
Requerido: Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outros

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

DJALMA JOAQUIM DE BARROS, qualificado nos autos, promove contra AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA. e PRIMO ROSSI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA. a presente ação ordinária alegando, em resumo, que celebrou com a primeira requerida contrato de consórcio; que a primeira requerida deixou de cumprir o contrato; que a segunda e terceira requeridas são responsáveis solidárias do contrato; que o contrato deve ser rescindido; que deve ser reembolsado pelos valores pagos. Pede a procedência da ação para esses fins.

Primo Rossi Administradora de Consórcio Ltda. contestou a ação aduzindo, preliminarmente, que falta ao autor interesse de agir. No mérito, sustentou que assumiu a administração do grupo da requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda.; que os grupos de consórcio terão continuidade; que o receio de prejuízo já cessou; que o contrato não pode ser rescindido; que o

**1001953-41.2018.8.26.0037 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

contrato faz lei entre as partes; que a rescisão desestabilizará o grupo de consorciados; que o autor deve aguardar o encerramento do grupo para receber a quantia paga; que não pode ser condenada ao pagamento de juros e correção monetária; que as despesas que menciona devem ficar retidas. Pediu a improcedência da ação, se não acolhida a preliminar (págs. 82/111).

Agraben Administradora de Consórcios Ltda. contestou a ação, aduzindo, preliminarmente, que é parte ilegítima na ação. No mérito, sustentou que o valor a ser ressarcido não deve abranger a taxa de administração e fundo comum em grupo; que a incidência dos juros de mora não deve ser aplicada; que deve ser observado o procedimento de habilitação nos termos da liquidação extrajudicial; que lhe devem ser concedidos os benefícios da Justiça Gratuita. Pediu a improcedência da ação se não acolhida a preliminar (págs. 137/150).

Novamoto Veículos Ltda. contestou a ação, aduzindo, preliminarmente, que é parte ilegítima na ação. No mérito, sustentou que não faz parte da relação jurídica; que não é responsável solidária. Pediu a improcedência da ação se não acolhida a preliminar (págs. 1232/236).

O autor manifestou-se sobre as contestações (págs. 251/236).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

Agraben Administradora de Consórcios Ltda. é parte legítima na ação, pois celebrou com o autor o contrato objeto da rescisão pretendida.

A preliminar arguida pela requerida Novamoto Veículos Ltda., não pode prosperar, pois seus sócios são os mesmos da requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda. e no mesmo endereço estão estabelecidas.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

É inegável, assim, que ao mesmo grupo econômico pertencem e para a requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda. eram dirigidos os seus clientes.

Ademais, a pretensão inicial possuindo também cunho indenizatório faz incidir as regras contidas nos artigos 7º, parágrafo único e 25, § 1º da Lei nº 8.078/90, permitindo a sua inclusão no polo passivo da relação processual.

Manifesto, ainda, o interesse de agir do autor que busca pela via judicial a rescisão do contrato celebrado com a requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda. , postulando a devolução das parcelas pagas da forma exposta no pedido inicial.

No mais, a ação é procedente.

É incontroversa a relação contratual entre o autor e a requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda., bem como o descumprimento por parte desta última das obrigações contratuais assumidas.

É certo, ainda, que a contratação ocorreu com a requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda. e embora a requerida Primo Rossi Administradora de Consórcio Ltda. tenha assumido a administração do consórcio, com ela não contratou o autor, não estando, assim, obrigado a permanecer ali vinculado.

Legítima, assim, a pretensão rescisória.

O direito a restituição dos valores pagos é inquestionável e deve ocorrer de forma integral e imediata, pois o descumprimento contratual ocorreu por culpa da requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda., não se justificando as retenções pretendidas.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Juros de mora são devidos a partir da citação, com a ressalva do artigo 19, "d", da Lei nº 8.024/74.

Por fim, o benefício da assistência judiciária somente é concedido a pessoa jurídica em caráter excepcional, o que não ocorre nos autos, eis que a liquidação extrajudicial da requerida Agraben Administradora de Consórcios Ltda., por si, não permite a aferição da viabilidade da sua concessão.

Diante do exposto, julgo procedente a ação para declarar a rescisão do contrato objeto do pedido inicial e condenar as requeridas, solidariamente, a restituírem ao autor todos os valores por ele despendidos, seja a que título for, cujo "quantum" será apurado mediante simples cálculo aritmético, acrescidos de juros de mora desde a citação, observando-se o contido no artigo 19, "d" da Lei nº 6024/74, e correção monetária a partir de cada desembolso, custas processuais e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor final devido.

Intime-se.

Araraquara, 24 de setembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA